

Lei orçamentária consagra austeridade

Inácio Muzzi

BRASÍLIA — O próximo presidente da República pode ganhar do Congresso Nacional, pelo menos em seu primeiro ano de mandato, o país da austeridade. Para isso, basta que os parlamentares aprovem o rigoroso substitutivo do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 1990, apresentado pelo deputado José Serra (PSDB-SP) na Comissão Mista de Orçamento. O texto, que será votado na terça-feira pela Comissão e até o dia 30 pelo Congresso, restringe gastos grandes e pequenos, prevendo desde o engessamento contratações de funcionários até a proibição do uso generalizado de carros oficiais e da compra de mobília para as residências funcionais.

O secretário de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, Pedro Parente, que assistiu à exposição de Serra, entusiasmou-se com as sugestões do deputado para conter mordomias — o que, na verdade, tem uma repercussão mais ética e política do que financeira — e a expansão da máquina pública. Parente elogiou, principalmente, a intenção do parlamentar de cobrar do Executivo a relação de todos os funcionários da administração direta e indireta, com cargos e salários.

O Ministério do Planejamento tentou organizar essa relação em outras oportunidades, mas foi boicotado pelos órgãos públicos que sonjavam os dados. Agora, Serra coloca na lei o que Parente define como "o instrumento de pressão que nos faltava": um dispositivo que exclui do orçamento os órgãos que não liberarem a relação de funcionários nos moldes exigido pelo Congresso. Essa relação permitirá a checagem dos casos de duplo emprego público, proibida por lei.

Trem da alegria — "De agora em diante, não haverá trem da alegria possível se este trem não for aprovado na lei de diretrizes orçamentárias", exultou Serra. O substitutivo fixa limites rígidos para o orçamento dos poderes Legislativo e Judiciário e congela a despesa de pessoal da União no nível praticado em 1989, além de prever a extinção de 80% dos cargos disponíveis no serviço público até janeiro e 50% das vagas abertas durante o próximo exercício.

Dentro do espírito do projeto de lei do governo, o substitutivo de Serra, que aborda os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas estatais, preserva o objetivo de só autorizar gastos, quando existe fonte de recursos definida. Como essas fontes são cada vez mais escassas, em decorrência de uma crise fiscal que Serra considera "a ante-sala" da hiperinflação, o parlamentar propõe o engessamento das despesas de custeio, pelo valor real de 1989 e um corte impiedoso dos gastos supérfluos do serviço público federal e as mordomias de seus titulares.

Mordomias — O projeto prevê um corte de 10% nas despesas da União com viagens e locação de mão-de-obra e de 50% nos gastos com publicidade e contratação de empresas de consultoria. Aprovado o texto, não haverá recurso para compra ou ampliação de imóveis, a não ser as autorizadas pelo orçamento. Ao mesmo tempo perdem seus automóveis os funcionários, parlamentares e membros do Judiciário que não forem ministros de estado, presidentes, do Senado, da Câmara ou dos tribunais superiores. A União fica também obrigada a suspender a ajuda que presta a clubes recreativos, como o Clube do Exército, e a associações de funcionários, como a Associação de Funcionários do Banco Central, e a limitar suas contribuições para fundações de seguridade, como é o caso do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

Para assegurar que estados e municípios obedeçam à mesma regra de austeridade, o substitutivo de Serra condiciona a transferência de recursos da União à comprovação de que elas se empenham eficazmente na arrecadação de impostos. O projeto pretende, ainda, garantir o acesso do futuro governo aos recursos preservados pelas medidas de austeridade e neste sentido limita o empenho de verba pelo governo José Sarney, cujo mandato termina em 15 de março, a 1/7 das receitas orçadas.

Brasília — Moreira Mariz



Serra é autor do substitutivo